





JUL 15 2007

- 4.8 alteração e consolidação do Estatuto Social para refletir as deliberações referidas em 4.1 a 4.7, supra;

5. **Deliberações:** A Assembleia Geral, por votação unânime, com abstenção dos legalmente impedidos:

- 5.1 aprovou a criação de ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, cujos titulares terão prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, na forma do art. 17, inc. I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e do artigo 15 do Estatuto Social;

- 5.2 aprovou a inclusão, no Estatuto Social, da possibilidade de resgate, parcial ou total, das ações preferenciais de emissão da Sociedade, a qualquer tempo, com sua conseqüente retirada definitiva de circulação, com ou sem redução do capital social, pelo valor patrimonial líquido da ação resgatada;

- 5.3 aprovou ou aumento do capital social, de R\$ 7.540.000,00 (sete milhões, quinhentos e quarenta mil reais) para R\$ 25.530.704,98 (vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta mil, setecentos e quatro reais e noventa e oito centavos), sendo o correspondente aumento, no valor de R\$ 17.990.704,98 (dezessete milhões, novecentos e noventa mil, setecentos e quatro reais e noventa e oito centavos), operado mediante a emissão de 627 (seiscentos e vinte e sete) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 28.693,31 (vinte e oito mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e um centavos) por ação, correspondente ao valor patrimonial líquido das ações da Sociedade, nos termos do art. 170, parágrafo 1º, da Lei n.º 6.404/76, com base no Balanço Patrimonial levantado em 30 de junho de 2007;

- 5.4 presente o acionista representando a totalidade do capital social, foi dispensada a fixação do prazo para o exercício do direito de preferência na subscrição das ações emitidas em função do aumento de capital referido em 5.3, supra, sendo que o acionista Banco Paulista S.A. renunciou ao exercício do direito de preferência que lhe assistia em favor dos subscritores Álvaro Augusto Vidigal e Homero Amaral Júnior, que, também presentes à Assembleia, e juntamente com o acionista Banco Paulista S.A., subscreveram e integralizaram, em moeda corrente nacional, a totalidade das ações preferenciais nominativas e sem valor nominal ora emitidas, nos termos e nas proporções indicadas no Boletim de Subscrição que constitui o Anexo I à presente ata, conforme segue:

- 5.4.1 o acionista Banco Paulista S.A. subscreveu 157 (cento e cinquenta e sete) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, ao preço total de R\$ 4.504.849,57 (quatro milhões, quinhentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos);

- 5.4.2 o acionista Álvaro Augusto Vidigal subscreveu 305 (trezentos e cinco) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, ao preço total de R\$ 8.751.459,36 (oito milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos); e





5.4.3 o acionista Homero Amaral Júnior subscreveu 165 (cento e sessenta e cinco) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, ao preço total de R\$ 4.754.396,05 (quatro milhões, setecentos e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e cinco centavos);

- 5.5 verificada a subscrição total do aumento de capital ora deliberado pelo acionista Banco Paulista S.A. e pelos acionistas subscritores Álvaro Augusto Vidigal e Homero Amaral Júnior, conforme disposto em 5.4 a 5.4.3, supra, a Assembléia Geral declarou efetivado o aumento de capital;
- 5.6 aprovou a inserção, no Estatuto Social, de disciplina referente ao exercício de direito de preferência nas alienações, pelos acionistas, de ações, direitos de subscrição de ações e títulos conversíveis em ações da Sociedade;
- 5.7 aprovou a alteração do artigo 15 do Estatuto Social, que trata da destinação do resultado do exercício, de modo que este passe a prever também a distribuição de dividendo obrigatório aos acionistas titulares de ações preferenciais, bem como a possibilidade de levantamento de balanços intermediários para declaração de dividendos;
- 5.8 aprovou a inserção, no Estatuto Social, de artigo referente à observância, pela Sociedade, de acordos de acionistas arquivados em sua sede social;
- 5.9 aprovou as alterações dos artigos do Estatuto Social necessárias para refletir as deliberações referidas em 5.1 a 5.8, supra;
- 5.10 em decorrência, a Assembléia Geral aprovou, por unanimidade, a renumeração de alguns artigos e a consolidação do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

## "ESTATUTO SOCIAL DA SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S/A

### CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO

**Artigo 1º** Sob a denominação de **SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S/A**, reger-se-á esta Sociedade pelo presente estatuto e, nos casos omissos, pela legislação em vigor, no que lhe for aplicável.

**Artigo 2º** A Sociedade terá sede e foro na Capital do Estado de São Paulo.

**Parágrafo Único** Observadas as prescrições legais e regulamentares, a Sociedade poderá abrir e extinguir agências, dependências ou filiais em qualquer ponto do País, por deliberação e critério de sua Diretoria.

**Artigo 3º** A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

**Artigo 4º** A Sociedade tem por objetivo: (i) operar, com exclusividade, no recinto ou em sistema mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, observada, neste último caso, quando se tratar de





SECRET

valores mobiliários, regulamentação específica da Comissão de Valores Mobiliários; (iii) encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado; (iv) encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; (v) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgate, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; (vi) exercer funções de agente fiduciário; (vii) operar em contas correntes com seus clientes, não movimentáveis por cheque; (viii) administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários; (ix) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, de acordo com regulamentação específica do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários; (x) exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures; (xi) prestar serviços de assistência técnica a clientes em operações de financiamento, empréstimo e/ou câmbio; (xii) intermediar em operações de câmbio; (xiii) conceder a seus clientes financiamento para a compra de valores mobiliários, bem como, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), observada a regulamentação específica da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central; (xiv) exercer atividades de compra e venda de ouro, à vista e a termo; (xv) exercer atividades de intermediação em Bolsas de Mercadorias, à vista e a termo; (xvi) praticar operações de compra e venda no mercado físico de metais preciosos por conta própria ou de terceiros; (xvii) praticar operações de câmbio manual; (xviii) exercer outras atividades expressamente autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central.

**Artigo 5º** É vedado à Sociedade: (i) distribuir títulos e valores mobiliários de sociedades privadas não registradas na Comissão de Valores Mobiliários, ou títulos cuja venda tenha sido suspensa ou proibida por esse órgão; (ii) divulgar informações falsas, manifestamente tendenciosas ou imprecisas, a fim de incrementar a venda ou influir no curso dos títulos ou valores mobiliários; (iii) consorciar-se com a finalidade de influir no curso de títulos e valores mobiliários, provocando oscilações artificiais de seu preço; (iv) adquirir bens imóveis não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deve vendê-los dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável, a critério do Banco Central; e (v) emitir cheques na forma do Decreto n.º 24.777, de 14 de julho de 1934.

## CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL

**Artigo 6º** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 25.530.704,98 (vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta mil, setecentos e quatro reais e noventa e oito centavos), dividido em 1.827 (mil oitocentos e vinte e sete) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 1.200 (mil e duzentas) ações ordinárias e 627 (seiscentos e vinte e sete) ações preferenciais.

**Parágrafo 1º** As ações não serão representadas por cautelas, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas.

**Parágrafo 2º** Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais dos acionistas.

**Parágrafo 3º** A Sociedade poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral, criar novas classes de ações ou aumentar o número de ações das classes





100139

existentes, ou, ainda, criar ações preferenciais de uma ou mais classes, sem guardar proporção com as demais classes ou espécies existentes, observado o limite de 10% (dez por cento) de ações preferenciais sobre o total de ações emitidas.

**Parágrafo 4º** As ações preferenciais poderão ser resgatadas, parcial ou totalmente, pela Sociedade, a qualquer tempo, com sua conseqüente retirada definitiva de circulação, com ou sem redução do capital social, pelo valor patrimonial líquido da ação resgatada, apurado em Balanço Patrimonial levantado em, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data em que for deliberado o resgate, observado o procedimento previsto no Parágrafo 6º deste Artigo 6º, infra.

**Parágrafo 5º** O valor do resgate das ações preferenciais deverá ser pago aos acionistas titulares das ações resgatadas em moeda corrente nacional. Alternativamente, o valor do resgate poderá ser pago em bens ou direitos, de qualquer natureza, desde que haja prévia e expressa concordância, com relação à natureza dos bens e ao seu critério de avaliação, de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos acionistas titulares de ações preferenciais.

**Parágrafo 6º** O resgate das ações preferenciais, na forma autorizada pelos parágrafos anteriores, prescindirá de deliberação da Assembléia Geral de que trata o art. 44, §6º, da Lei n.º 6.404/76, podendo ser aprovado pela Diretoria, que decidirá pelo voto da maioria de seus membros.

**Artigo 7º** O acionista que desejar ceder ou transferir suas ações ou direitos de subscrição a outros acionistas ou a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, deverá notificar os demais acionistas da Sociedade, por escrito, para que tais acionistas possam, em igualdade de condições e na proporção de suas respectivas participações no capital social, ajustadas pela exclusão da participação do acionista ofertante, exercer o direito de preferência para a aquisição das ações ou direitos de subscrição ofertados.

**Parágrafo 1º** A notificação de que trata o *caput* deste Artigo deverá conter a identidade e qualificação do(s) terceiro(s) interessado(s) na aquisição das ações ou direitos de subscrição, o preço oferecido, a forma de pagamento e os demais termos e condições aplicáveis à oferta. Na hipótese de o terceiro interessado na aquisição das ações ou direitos de subscrição ser pessoa jurídica, a notificação de que trata este Parágrafo deverá conter, ainda, a indicação do respectivo sócio ou acionista controlador, aplicando-se, nesse particular, a definição estabelecida nos arts. 116 e 243, §2º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

**Parágrafo 2º** Os acionistas notificados nos termos do Parágrafo anterior poderão exercer o direito de preferência previsto no *caput* deste Artigo no prazo de 30 (trinta) dias, tratando-se de ações, e de 15 (quinze) dias, tratando-se de direitos de subscrição, contados, em qualquer caso, do recebimento da referida notificação.

**Parágrafo 3º** Na notificação de que trata o Parágrafo 1º, supra, o acionista notificado que vier a manifestar o exercício de seu direito de preferência





JUL 23 1977

sobre a quantidade de ações ou direitos de subscrição ofertados que lhe caiba nos termos do caput deste Artigo, *in fine*, supra, deverá declarar, ademais, seu eventual interesse na aquisição de sobras de ações ou direitos de subscrição ofertados, decorrentes do não exercício do direito de preferência por outros acionistas notificados, indicando a quantidade máxima de sobras de ações ou de direitos de subscrição que se dispõe a adquirir. Tais sobras, se houver, serão automaticamente alocadas entre os acionistas notificados que houverem manifestado interesse nelas, na forma do disposto neste Parágrafo 3º, supra, na proporção de suas respectivas participações no capital social, devidamente ajustada pela exclusão da participação de todos os demais acionistas, e observado o limite do interesse de cada um na aquisição das sobras, restando os acionistas notificados, a partir da declaração do exercício do direito de preferência, irretratavelmente obrigados a adquirir as ações ou direitos de subscrição sobre os quais houver recaído sua manifestação, inclusive as sobras, se for o caso.

**Parágrafo 4º**

Decorrido o prazo a que se refere o Parágrafo 2º, supra, sem que os acionistas notificados exerçam o seu direito de preferência sobre a totalidade das ações ou direitos de subscrição ofertados, a alienação das ações ou direitos de subscrição remanescentes poderá ser contratada pelo acionista ofertante com o(s) terceiro(s) interessado(s), nos 60 (sessenta) dias subsequentes, nas exatas condições da oferta original. Decorrido esse prazo sem que se efetive a transferência, ou caso sejam alteradas, a qualquer tempo, por negociação ou qualquer outro motivo, quaisquer condições da oferta original, o acionista ofertante, se ainda desejar alienar suas ações ou direitos de subscrição, deverá renovar o procedimento estabelecido neste Artigo.

**Parágrafo 5º**

O direito de preferência previsto neste Artigo deverá ser averbado no Livro de Registro de Ações Nominativas da Sociedade e será aplicável também em caso de alienação ou transferência de títulos conversíveis em ações ou direitos de subscrição que venham a ser emitidos pela Sociedade. Serão nulos e ineficazes perante a Sociedade, não podendo ser registrados em seus livros, quaisquer negócios realizados com violação ao direito de preferência disciplinado neste Estatuto Social ou com violação a eventuais outras restrições à circulação das ações da Sociedade devidamente averbadas em seus livros.

**Parágrafo 6º**

Não se aplica o direito de preferência previsto neste Artigo às vendas, cessões, transferências ou alienações a qualquer título em que os respectivos adquirentes forem sociedades controladas, direta ou indiretamente, conjunta ou isoladamente, pelo acionista ofertante, considerando-se, para tanto, a definição constante dos arts. 116 e 243, §2º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. O direito de preferência voltará a ser imediatamente aplicável em caso de alienação ou modificação, direta ou indireta, do controle societário da sociedade que tiver recebido ações de emissão da Sociedade sem observância do direito de preferência, ao abrigo deste Parágrafo 6º, caso tal alienação ou modificação de controle ocorra sem a observância do direito de preferência estabelecido neste Artigo, a





JUL 2011

Assembléia Geral, tão logo tome conhecimento do ocorrido, poderá suspender os direitos do acionista que tiver descumprido o presente Artigo, nos termos do art. 120 da Lei n.º 6.404/76. Nessa deliberação, o acionista cujos direitos forem objeto da proposta de suspensão não poderá participar, nos termos do art. 115 da Lei n.º 6.404/76.

### CAPÍTULO III ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 8º** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral, todos designados Diretores, sem denominação especial.

**Parágrafo 1º** O mandato da Diretoria será de 1 (um) ano, podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data de posse da nova Diretoria.

**Parágrafo 2º** Em caso de vaga de qualquer dos cargos da Diretoria, o substituto será escolhido pela Diretoria com mandato até a primeira Assembléia Geral, que elegerá o substituto definitivo, coincidindo o seu mandato com o do substituído.

**Parágrafo 3º** Nos seus impedimentos, faltas ou ausências temporárias, os Diretores impedidos ou faltantes, indicarão seus respectivos substitutos, que deverão, necessariamente, ser também Diretores.

**Parágrafo 4º** A remuneração da Diretoria será fixada anualmente pela Assembléia Geral Ordinária que a eleger.

**Artigo 9º** A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objetivo da sociedade, e poderá, inclusive, contratar empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar caução e, bem assim, adquirir, alienar, hipotecar e, de qualquer forma, onerar bens imóveis da sociedade.

**Parágrafo 1º** A Sociedade somente poderá assumir obrigações mediante assinatura: (i) de 2 (dois) Diretores em conjunto; (ii) de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com expressos e especiais poderes; ou (iii) de 2 (dois) procuradores com expressos e especiais poderes. Para a outorga de procurações a Sociedade deverá ser representada por, pelo menos, 1 (um) Diretor. As procurações outorgadas em nome da Sociedade, exceção das que conferem poderes "ad-judicia", deverão especificar os poderes conferidos, bem como, conter prazo de validade definido. Na ausência de prazo de validade considerar-se-á como vincenda no dia 31 de dezembro do exercício no qual tenha sido outorgada.

**Parágrafo 2º** Para alienar, ceder, hipotecar, permutar ou onerar os bens da Sociedade, a Sociedade será representada por, no mínimo, 1 (um) Diretor.





JUL 19 2011

**Artigo 10º** À Diretoria compete (i) representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, (ii) zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias, (iii) convocar as Assembléias Gerais, o Conselho Fiscal e seus suplentes, quando necessário, (iv) executar as deliberações daqueles órgãos, e (v) organizar e apresentar à Assembléia Geral Ordinária o Relatório Anual das Operações da Sociedade.

**Artigo 11** A Diretoria se reunirá sempre que os interesses societários o exijam, na sede da Sociedade ou em suas dependências. As deliberações serão tomadas, sempre, por maioria absoluta de votos.

#### CAPÍTULO IV CONSELHO FISCAL

**Artigo 12** A Sociedade terá um conselho fiscal de caráter não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, devendo sua eleição e instalação obedecer aos preceitos da legislação pertinente.

**Parágrafo Único** O conselho fiscal, quando eleito e instalado, terá a incumbência atribuída por lei e a remuneração de seus membros efetivos será fixada pela Assembléia Geral que o eleger, de acordo com a lei.

#### CAPÍTULO V ASSEMBLÉIA GERAL

**Artigo 13** A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, e extraordinariamente sempre que os interesses o exigirem.

**Parágrafo 1º** A Assembléia Geral, convocada de acordo com a lei e os estatutos, será presidida por um Diretor da Sociedade, indicado pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá, dentre os mesmos acionistas, um secretário.

**Parágrafo 2º** Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembléia Geral por outros acionistas, mediante mandato expresso, cujo instrumento ficará em poder da Sociedade.

**Parágrafo 3º** As deliberações das assembléias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

#### CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS

**Artigo 14** O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. O Balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

**Parágrafo Único** O Balanço anual de 31 de dezembro, antes de ser submetido à apreciação da Assembléia Geral Ordinária, deverá ser obrigatoriamente certificado por uma firma de Auditores Independentes de escolha da Diretoria.

**Artigo 15** Do resultado do exercício, serão deduzidos: (a) os prejuízos acumulados, se houver, (b) a provisão para o imposto de Renda e para a contribuição social sobre o lucro





10050

líquido; e (c) a participação da Diretoria, nos limites estipulados pelo art. 152 da Lei n.º 6404, de 15 de dezembro de 1976. Do lucro líquido apurado após as deduções previstas neste Artigo, serão destinados sucessivamente e nesta ordem: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Sociedade, a título de dividendo obrigatório; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Sociedade, também a título de dividendo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; e (iv) o saldo do lucro líquido terá a destinação que lhe der a Assembléia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo 1º** A Diretoria poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis.

**Parágrafo 2º** A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em Assembléia Geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 15, supra.

## CAPÍTULO VII LIQUIDAÇÃO

**Artigo 16** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembléia Geral.

**Parágrafo Único** Compete à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e um conselho fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação.

## CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 17** A qualquer tempo, a sociedade poderá transformar-se em outra forma jurídica por decisão majoritária da Assembléia Geral.

**Artigo 18** A Sociedade respeitará e obedecerá os termos dos acordos de acionistas desde que estejam arquivados em sua sede.

**Artigo 19** Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas deste Estatuto.

**Artigo 20** Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como outras normas legais que lhe forem aplicáveis."

6. Documentos arquivados na sede social: Boletim de Subscrição.



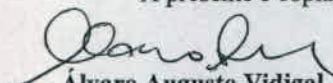


JUCESP

7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensão a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do art. 130, §1º, da Lei n.º 6.404/76, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e assinada pelos acionistas presentes.

São Paulo, 27 de agosto de 2007. Álvaro Augusto Vidigal – Presidente. Homero Amaral Júnior – Secretário. Banco Paulista S.A. – Acionista. Banco Paulista S.A., Álvaro Augusto Vidigal, Homero Amaral Júnior – Acionistas subscritores.

A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

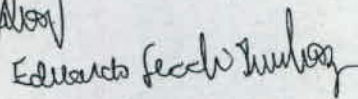
  
Álvaro Augusto Vidigal  
Presidente

  
Homero Amaral Júnior  
Secretário

Visto:

Adv.:

OAB/SP n.º:

  
Eduardo Fecchi Turchetti

186764





# SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.

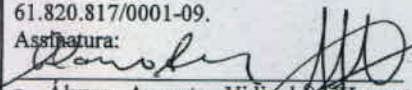
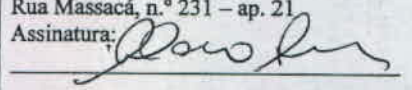

CNPJ n.º 62.285.390/0001-40

NIRE 35300127609

## ANEXO I

à Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 2007

### BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

| Nome e Qualificação  | N.º de Ações Subscritas                                   | Valor Subscrito  | Valor Integralizado |
|--|---|------------------|---------------------|
| BANCO PAULISTA S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.355, 2º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob n.º 61.820.817/0001-09.<br>Assinatura: <br>p. Alvaro Augusto Vidigal e Homero Amaral Júnior | 157 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. | R\$ 4.504.849,57 | R\$ 4.504.849,57    |
| ÁLVARO AUGUSTO VIDIGAL, brasileiro, separado consensualmente, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.605.386-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 039.214.338-00, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Massacá, n.º 231 – ap. 21.<br>Assinatura:                                 | 305 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. | R\$ 8.751.459,36 | R\$ 8.751.459,36    |
| HOMERO AMARAL JÚNIOR, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.391.786-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 027.246.188-15, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Gironda, n.º 80 – ap. 52.<br>Assinatura:    | 165 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. | R\$ 4.734.396,05 | R\$ 4.734.396,05    |

Homero Amaral Júnior  
Secretário







# BANCO CENTRAL DO BRASIL

Deorf/GTSP1-2007/09203

São Paulo, 18.10.2007

**INSTITUIÇÃO:**

Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A.

**ENDEREÇO:**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 3º andar

**CEP/CIDADE/UF:**

01452-002 São Paulo (SP)

**ATO(S)**

AGE de 27.8.2007

**PROCESSO N.º**

0701384824

**DATA DO DESPACHO**

17.10.2007

**ASSUNTO(S) APROVADO(S) POR ESTE ÓRGÃO:**

1. Alteração do capital para R\$ 25.530.704,98
2. Reforma estatutária.

**OBSERVAÇÃO(ÕES):**

- NIHIL

**ESTAMOS DEVOLVENDO:**

Documento relativo ao ato para fins de arquivamento no registro do comércio.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro  
Gerência Técnica em São Paulo - I

Yáung Mar To  
Coordenador

Sebastião N. Marques  
Analista



Deorf/GTSP1: Av. Paulista, 1.804 - 5º andar - Cerqueira César - São Paulo (SP)  
Telefones: 3491-6715 e 3491-6615